

HABEAS CORPUS Nº 493.424 - SP (2019/0042689-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MONICA GODANO SCHLODTMANN - SP186760
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDER HENRIQUE BATISTA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de EDER HENRIQUE BATISTA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado de Execução Penal nº 9000044-82.2018.8.26.0114).

Narra a Impetrante que o Paciente – condenado à pena de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão – estava em livramento condicional desde 30/09/2008, cujo fim do período de prova estava previsto para o dia 21/07/2010. Contudo, em 07/07/2009, sobreveio novo flagrante, tendo o Juízo das Execuções Penais revogado a benesse em 20/03/2018 (fl. 62).

Inconformada, a Defesa recorreu ao Tribunal de origem, que negou provimento ao agravo, como se observa da seguinte ementa (fl. 135):

"Agravado em Execução - Revogação de livramento condicional - cometimento de crime na vigência do benefício - Prorrogação automática - Art. 89, do CP - Agravo improvido."

Nas razões desta impetração, a Defensoria Pública sustenta ilegalidade na prorrogação automática do período de prova do livramento condicional, o que violaria o enunciado nº 617 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Aduz, a esse respeito, que a suspensão do livramento condicional deve ocorrer antes do término do período de prova, o que não se verificou na hipótese.

Requer, liminarmente, que a pena referente ao delito cometido durante o benefício seja excluída do cálculo e, no mérito, *"seja considerada extinta a pena de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses por condenação no delito previsto no art. 12 da Lei 6.368/76, tendo em vista o integral cumprimento"* (fl. 6).

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida, mormente diante do que consignou o Tribunal de origem, conforme íntegra do acórdão disponibilizado em seu sítio eletrônico:

"Dessa forma, conforme muito bem observado pelo douto Procurador de Justiça Renato Eugênio de Freitas Peres à fl. 108, 'a redação do artigo 89 do Código Penal é clara e determina que é vedado ao Magistrado a extinção da pena enquanto não transitar em julgado a sentença que responde o beneficiado pelo livramento condicional durante o período de prova'.

Cumprе ressaltar que meses antes do término da pena, o livramento condicional foi declarado suspenso, conforme decisão de fl. 47, deixando de causar seus efeitos no processo de execução.

Inclusive uma das condenações por novo crime já transitou em julgado, sendo de rigor a revogação do benefício como dita o artigo 86, inciso I, do Código Penal.

Isto posto, nega-se provimento ao agravo."

Como se percebe, o acórdão recorrido, que mantém a revogação do livramento condicional do Paciente, não se mostra, em princípio, desarrazoado ou ilegal, mormente porque **ressalta que o benefício foi suspenso antes mesmo do término do período de prova.**

De fato, nos termos da Súmula n.º 617 desta Corte Superior, *"a ausência de suspensão ou revogação do livramento condicional antes do término do período de prova enseja a extinção da punibilidade pelo integral cumprimento da pena"*.

No mesmo sentido, ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte pacificaram a compreensão de que não há prorrogação automática do livramento condicional, de forma que a **ausência de suspensão** ou de revogação expressa em decisão judicial enseja a extinção da pena após o cumprimento do período de prova; no entanto, **no presente caso**, informa a Corte de origem que o benefício foi suspenso durante o período de prova.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

